



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Cristina Vaz Antunes

**Representações sociais acerca da parentalidade de mulheres reclusas: O papel da
empatia**

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Célia Isabel Lima Ferreira

Fevereiro, 2021



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Cristina Vaz Antunes

Representações sociais acerca da parentalidade de mulheres reclusas: O papel da empatia

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 17/02/2021, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof.^a Doutor Ana Rita Conte Dias (Prof.^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Prof.^a Doutora Andreia Patrícia Guimarães Machado (Prof.^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Orientadora: Prof.^a Doutora Célia Isabel Lima Ferreira (Prof.^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Fevereiro, 2021

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação, apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete

Agradecimentos

Este trabalho só foi possível com a contribuição de várias pessoas que, de diferentes formas, estiveram presentes durante a sua realização. Assim, gostaria de expressar algumas palavras de agradecimento e de profundo reconhecimento.

À Prof.^a Célia Ferreira e à Prof.^a Cláudia Camilo por toda a disponibilidade e dedicação. Pelos conhecimentos transmitidos e aprendizagens que me proporcionaram. Por terem acreditado em mim e no meu trabalho, pelo apoio e incentivo constantes e por último e não menos importante, por todos os contributos dados na realização deste trabalho.

Ao José, que sempre me acompanhou ao longo deste percurso, pelo respeito, amor e apoio incondicional.

A minha mãe e avôs, pois é graças a eles que sou aquilo que sou e é também graças a eles que aqui estou hoje e me foi possível completar este trabalho. À minha irmã pelo interesse constante sobre o meu trabalho e apoio. A todos os meus amigos que me acompanharam e me ajudaram em todo o percurso. E por último, a todos os que, de uma forma ou de outra, acreditaram em mim e nas minhas capacidades e que me incentivaram a ir mais longe.

Representações sociais acerca da parentalidade de mulheres reclusas: O papel da empatia

Resumo

O presente estudo teve como objetivo principal analisar o papel da empatia nas representações dos indivíduos sobre as mulheres reclusas.

A amostra deste estudo foi constituída por 236 indivíduos, maioritariamente do sexo feminino (68.2%) e com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos ($M = 27.25$, $DP = 9.72$). A recolha de dados decorreu de forma online e envolveu um protocolo de instrumentos constituído por um questionário sociodemográfico, pelo *Maternal Behavior Q-Sort* (MBQS) e pela *Escala de Empatia*.

Os resultados revelaram que as mulheres apresentavam níveis significativamente superiores de empatia, mas também representações mais negativas face à parentalidade de mulheres reclusas. Para além disso, concluiu-se pela existência de associações positivamente significativas entre a empatia e as representações face à parentalidade geral e de mulheres reclusas, mas não entre a empatia e as representações negativas face à parentalidade daquele grupo. A empatia revelou-se também não preditora das representações negativas face à parentalidade de mulheres reclusas. De um modo global, os dados obtidos neste estudo contribuíram para um maior conhecimento sobre as representações da comunidade acerca da parentalidade em contextos de risco, mais especificamente sobre as mulheres reclusas.

Palavras-chave: Representações sociais; empatia; contextos de risco; parentalidade; mulheres reclusas

Abstract

The main objective of this study was to analyze the role of empathy in the individuals' representations about female prisoners.

The sample of this study consisted of 236 individuals, mostly female (68.2%), aged between 18 and 63 years old ($M = 27.25$, $SD = 9.72$). The collection was carried out through an online form, which included a set of instruments, namely the sociodemographic questionnaire, *Maternal Behavior Q-Sort* (MBQS) and *empathy scale*.

The results showed that women had significantly higher levels of empathy, but also more negative representations regarding the parenting of female prisoners. In addition, it was concluded that there are positively significant associations between empathy and representations in the regard to general parenting and female prisoners, but not between empathy and negative representations towards that group's parenting. Empathy also proved not to be a predictor of negative representations regarding the parenting of female prisoners. Overall, the data obtained in this study contributed to a greater understanding of the community's representations about parenting in contexts of risk, more specifically about female prisoners.

Keywords: Social representations; empathy; risk contexts; parenting; female prison

Índice

Índice de Tabelas	5
Enquadramento Conceptual.....	6
Parentalidade: Evolução, conceções atuais e modelos subjacentes	6
Parentalidade: representações sociais e o papel da empatia	10
Parentalidade e Representações sociais: O caso das mulheres reclusas	14
Método	18
Participantes.....	18
Instrumentos.....	20
Procedimentos.....	20
Resultados	22
Análise das correlações.....	22
Comparação de grupos: Homens e mulheres.....	23
Regressão linear.....	24
Discussão dos resultados	25
Referências bibliográficas.....	28

Índice de Tabelas

Tabela 1- Descrição da amostra.....	18
Tabela 2- Resumo de correlações, médias, desvios-padrão e intervalo para variáveis de estudo (n = 236).....	23
Tabela 3- Diferenças entre sexos.....	24
Tabela 4- Papel preditor da variável empatia	24

Enquadramento Conceptual

Parentalidade: Evolução, concepções atuais e modelos subjacentes

Desde muito cedo que se tem dado um grande enfoque ao desenvolvimento moral e social da criança, sendo que a família possui um papel importante neste desenvolvimento (Couras, 2013). Os progenitores adotam práticas parentais para adequar o comportamento da criança, tanto fisicamente como psicologicamente ao que é mais aceitável na sociedade, mas também vão ao encontro das suas crenças e do que consideram ser aceitável, tendo em vista um ambiente seguro (Couras, 2013; Maccoby, 2000; Parke & Buriel, 2006; Reader et al., 2005). Por sua vez, as práticas podem ser utilizadas de forma contínua ou esporádica, dependendo do que os progenitores pretendem, já que podem ter o objetivo de controlar o comportamento da criança num dado momento ou podem querer que os valores, crenças e conhecimento sejam generalizados (Cruz, 2005). Os cuidadores, tendo por base as variáveis de comportamento, as ideias parentais e os processos afetivos, elegem um modelo parental que, de forma pouco consciente, adotam na educação do seu descendente (Couras, 2013). Assim, o processo de transição para a parentalidade é um dos eventos marcantes na vida dos progenitores, uma vez que procuram utilizar estratégias de *coping* adequadas naquela situação específica, exigindo um constante reajustamento cognitivo, emocional e comportamental por parte dos mesmos (Reis, 2011). Deste modo, a transição para a parentalidade é descrita como uma tarefa complexa, difícil e com grandes desafios e responsabilidades para o ser humano, enquanto cuidador (Barroso & Machado, 2010; Couras, 2013; Reis, 2011).

Assumindo que a família é o primeiro contexto de socialização, esta exerce um papel fundamental no comportamento e desenvolvimento das crianças (Parke & Buriel, 2006). Por conseguinte, existem critérios estabelecidos socialmente para definir uma parentalidade satisfatória, pois estes são construídos através de crenças originadas culturalmente e que diferem de contexto para contexto. Isto é, o exercício de parentalidade difere de cultura para cultura, em particular, ao nível das instâncias interpessoais e objetivos da socialização de cada indivíduo (e.g., interdependência versus independência) (Keller et al., 2005). Diversas investigações denotam a importância do papel da cultura na construção destas ideias parentais (Holden, 2010) e todas elas salientam que as teorias parentais tendem a ser culturalmente partilhadas e delineadas, através de um sistema de crenças culturais (Keller et al., 2005). No entanto, embora se considere a existência das

diferenças culturais, as investigações sobre os processos de parentalidade têm verificado que as dimensões e tarefas estruturais características da relação pais-filhos tendem a permanecer semelhantes (Keller et al., 2005).

Existem outros autores que defendem que a parentalidade é uma tarefa complexa, desenvolvida pelos progenitores, de forma a preparar os seus descendentes para situações económicas e psicossociais com que poderão confrontar-se ao longo de toda a sua vivência e ciclo de desenvolvimento (Barroso & Machado, 2010; Hoghughi, 2004).

O modelo proposto por Hoghughi (2004) defende que a parentalidade se subdivide em diferentes domínios: a) atividades parentais (conjunto de atividades necessárias para uma parentalidade suficientemente adequada, nomeadamente o cuidado físico, emocional e social, o controlo e a disciplina e a salvaguarda do desenvolvimento da criança); b) áreas funcionais (principais aspetos do funcionamento da criança, nomeadamente a saúde física, psicológica, comportamento social e funcionamento educativo e intelectual); e c) pré-requisitos (conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental, nomeadamente, conhecimento e compreensão, recursos, motivação e oportunidades por parte dos progenitores). Destaca, assim, a existência de onze dimensões nas quais a parentalidade se incide, remetendo para a ideia de que este exercício tem um impacto significativo, tanto no progenitor como na criança, sendo importante que o cuidador reconheça a sua capacidade para interpretar adequadamente e responder de modo ajustado. No seguimento deste modelo, os autores Barroso e Machado (2010) acrescentam que os progenitores têm um papel importante na vida do seu descendente, pois é humanamente impossível uma criança desenvolver-se sozinha, visto que os cuidadores são o seu meio de crescimento, passando, assim, os seus conhecimentos, crenças e limites de sobrevivência. Porém estes investigadores consideram a existência de múltiplos fatores individuais, históricos e sociais, que têm uma interligação e, conseqüentemente, determinam o comportamento dos progenitores, visível no desempenho do papel parental (Barroso & Machado, 2010).

Nesta sequência, as abordagens ecológicas são as que mostram maior potencial explicativo. Neste contexto, o modelo de Belsky e Jafee (2006) defende que a parentalidade é diretamente influída por três determinantes (i) os fatores individuais dos progenitores (e.g., personalidade e psicopatologia), (ii) as características individuais dos descendentes (e.g., temperamento) e (iii) os fatores do contexto social onde a relação pais-criança se desenvolve (e.g., vida profissional parental, redes de suporte social). Os autores

(Belsky & Jafee, 2006) assumem que as histórias desenvolvimentais dos pais, o seu relacionamento conjugal e a sua posição profissional influem a personalidade e o estado psicopatológico dos cuidadores e, conseqüentemente, afetam o processo de parentalidade, que inevitavelmente acarreta efeitos no desenvolvimento dos seus descendentes. Por conseguinte, o modelo, ao incluir as características da criança como um elemento determinante no processo de parentalidade salienta, igualmente, o temperamento da criança como um fator que influencia o papel dos progenitores. Mais especificamente, a evidência empírica (Barroso & Machado, 2010) demonstra que se a criança apresentar um temperamento difícil (e.g., maior negatividade, irritabilidade persistente ou pouca sociabilidade), os pais tendem a adotar um comportamento menos responsivo, com maior hostilidade e, por vezes, com menor sensibilidade às necessidades da criança (Barroso & Machado, 2010). No entanto, Belsky (1984) afirma que não são as características da criança, por si só, que influenciam diretamente o processo de parentalidade, mas sim a compatibilidade entre as características da criança e dos cuidadores.

Para a devida compreensão destes fatores será fundamental uma abordagem biopsicossocial, considerando fatores genéticos, cognitivos ou ambientais (Belsky, 2005), atribuindo maior ênfase aos fatores externos à família no processo de socialização dos indivíduos, como por exemplo, o grupo de pares e vizinhança (Evans, 2006). Contudo, as práticas educativas continuam a ter um peso significativo no ajustamento psicológico dos descendentes, evidenciando-se uma forte complexidade dos mecanismos presentes neste processo (Maccoby, 2000).

Por sua vez, o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1999) procura explicar os fatores que influenciam o desenvolvimento do ser humano, destacando quatro componentes (i) os processos proximais, (ii) a pessoa, (iii) o contexto, e o (iv) tempo. Desta forma, o autor evidencia que o desenvolvimento de cada indivíduo resulta da interação dos diferentes ambientes, que constituem o contexto em que se encontra: (i) microssistema (padrão de atividades, papéis, relações interpessoais experienciadas pelo indivíduo, por exemplo, na família), (ii) mesossistema (interação entre dois ou mais contextos em que a pessoa participa ativamente), (iii) ecossistema (contextos em que a pessoa não participa ativamente, por exemplo, influência do trabalho dos pais na vida familiar) e por fim (iv) macrosistema (crenças religiosas ou ideologias políticas) (Tonelo, 2015). Em conformidade com o modelo bioecológico, é expectável que a parentalidade seja afetada por diversos fatores (Bronfenbrenner, 1999), destacando três eixos que influenciam o desenvolvimento das

funções parentais, nomeadamente as características da criança, as características dos pais e o contexto social. Por isso, a trilogia pais, criança e contexto é o que permite perceber o conceito de parentalidade, reforçando as ideologias do modelo ecológico (Tonelo, 2015).

Por outro lado, o modelo cognitivo (Azar et al., 2008) advoga que existem três elementos fundamentais para perceber o funcionamento parental, nomeadamente (i) os esquemas cognitivos, (ii) o funcionamento cognitivo e (iii) o produto entre os conceitos anteriormente mencionados (Azar et al., 2008). Por outras palavras, a parentalidade é constituída por esquemas cognitivos como as perceções, as expectativas ou as crenças dos progenitores sobre a parentalidade e sobre as crianças, que influenciam fortemente a forma como percebem a realidade, levando à adoção de atitudes e comportamentos com os seus descendentes (Camilo et al., 2019). Assim, as representações cognitivas são definidas como o conhecimento que é armazenado na memória dos indivíduos, tendo em conta os sujeitos que o rodeiam e o grupo social em que está inserido (Smith & Mackie, 2009). Desta forma, as representações pré-existentes irão influenciar os sentimentos, as emoções e os comportamentos do indivíduo (Camilo et al., 2019).

A evidência empírica destaca que uma parentalidade desadaptativa parece estar associada a esquemas parentais menos positivos, interligando-se a um papel rígido e a crenças externas de como é ter um bom processo de parentalidade, podendo levar à negligência ou ao abuso infantil. Isto é, se os progenitores têm crenças desadaptativas de como ser pais, que pode ter origem em diferentes fatores como por exemplo o facto de terem sido maltratados pelos seus progenitores, então será mais provável que adotem estes modos de agir com os seus descendentes. Assim, os esquemas cognitivos dos pais influenciam fortemente o modo como estes percebem e agem perante a criança. O modelo sócio-cognitivo tem, aqui, um papel crucial, pois enfatiza o papel dos mecanismos de processamento de informação dos progenitores, que influenciam as suas práticas parentais (Azar et al., 2008; Camilo et al., 2019).

Existem vários estudos que corroboram este modelo e procuram explicar o papel de algumas variáveis como as (i) expectativas irrealistas do desenvolvimento infantil (Slep & O'Leary, 2007), (ii) as avaliações negativas do comportamento inadequado da criança (De Paúl et al., 2006), (iii) as crenças acerca dos castigos fisicamente punitivos (Crouch & Behl, 2001), (iv) as atitudes inadequadas por parte dos progenitores (McElroy & Rodriguez, 2008), (v) a existência de esquemas cognitivos inadequados por parte dos pais (Rodriguez et al., 2016), e a (vi) empatia (Rodriguez & Tucker, 2015). Estes estudos revelaram que os pais

negligentes demonstram uma menor preocupação empática para com os seus progenitores (Rodrigo et al., 2011) e demonstram maiores expectativas irrealistas, no que diz respeito ao seu papel de progenitor (Azar et al., 2012).

A abordagem sócio-cognitiva destaca as representações cognitivas da personalidade, isto é, de que forma as representações individuais podem ser partilhadas socialmente e como é que, assim sendo, influenciam os esquemas dos progenitores. Isto significa que os indivíduos, quando se encontram junto de um grupo que contém atributos negativos, tendem a adotar esses atributos e o contrário acontece, quando o mesmo grupo contém atributos positivos, os sujeitos tendem a adotar os mesmos (Koch et al., 2016). Nas teorias pressupõe-se que os indivíduos, ao formar uma impressão, vão para além da informação que lhes é dada. Assim, as pessoas possuem representações mentais que são largamente partilhadas sobre o modo como diferentes atributos tendem a ocorrer num mesmo indivíduo (Bruner & Tagiuri, 1954). Estas representações mentais cumprem um princípio de consistência avaliativa, que diz respeito à valência dos traços (as pessoas tendem a inferir traços positivos na presença de outros positivos e a inferir traços negativos na presença de outros negativos). Estas também têm em conta duas dimensões, nomeadamente a social e a intelectual, cada uma com um polo positivo e outro negativo (Koch et al., 2016). Um estudo (Camilo et al., 2019) desenvolvido neste âmbito revelou que o papel da mãe está associado a mais atributos positivos do que negativos.

Assim, o grupo social em que cada indivíduo se encontra inserido vai influenciar as suas crenças e, consequentemente, os seus comportamentos (Camilo et al., 2019).

Parentalidade: representações sociais e o papel da empatia

Com o decorrer do tempo, existiu uma mudança, no que concerne à ideia de modelo parental, que foi sofrendo algumas modificações, motivadas pelos papéis de género e estereótipos (Bilac, 1996; Perucchi & Beirão, 2007).

A conceção que cada indivíduo tem sobre a família ou uma parentalidade ideal provém de distintas variáveis, nomeadamente das características intraindividuais, como as histórias de vida e as relações estabelecidas no contexto social, histórico e cultural. A par disto, a sociedade contém crenças que foram produzidas e acumuladas ao longo das várias épocas e são partilhadas socialmente. Assim, podemos afirmar que a conjugação das nossas características com as crenças socialmente partilhadas formam as nossas conceções sobre a família ou parentalidade ideal (Mesman et al., 2016a ; Perucchi & Beirão, 2007).

Outros autores defendem a ideia de que a família é o primeiro cenário de socialização que tem a capacidade de desenvolver ou inibir emoções e comportamentos sociais, sendo estes problemáticos ou não, ao longo de toda a fase de desenvolvimento de um indivíduo (Baumrind, 1991; Guevara et al., 2015; Parke & Buriel, 2006). Nesta sequência, há estudos que evidenciam o papel parental no processo de desenvolvimento de emoções morais, nomeadamente a empatia e a simpatia, essenciais no comportamento social (Guevara et al., 2015). É importante salientar ainda que o desenvolvimento da empatia também depende do estilo da criança, mas também devemos considerar o indivíduo como o resultado das suas experiências (Matalinares-Calvet et al., 2019).

A empatia é uma dimensão humana fundamental nas relações que estabelecemos, sendo considerada uma habilidade interpessoal, que engloba as componentes cognitivas, afetivas, comportamentais e morais de cada indivíduo (Sampaio et al., 2019). Etimologicamente, o termo empatia deriva da palavra grega “*empathia*”, que significa “paixão” ou “ser muito afetado” (Sampaio et al., 2009).

O conceito de empatia é recente no âmbito da investigação da Psicologia, uma vez que só no início do século XIX é que foi introduzida a ideia de empatia como uma característica individual pela qual alguém identifica o pensamento que se encontra na consciência do outro indivíduo (Sampaio et al., 2009). No entanto, nos meados da década de 40 do século XX, diversos estudos de diferentes autores tais como Freud, Allport e Reik abrangeram este conceito (Sampaio et al., 2009). Só no início da década de 50 é que a empatia passou a ser investigada com maior profundidade, sendo aplicada na prática psicoterapêutica com a iniciativa de Carl Rogers (2001). Este investigador veio ressaltar a importância de uma relação empática entre o terapeuta e o utente. Assim, a empatia era vista não apenas como uma resposta reflexiva ao comportamento do outro, mas também como uma habilidade desenvolvida numa relação estabelecida, que envolve a criação de vínculos cognitivo-afetivos entre dois ou mais sujeitos, durante os quais o sujeito permite deliberadamente sensibilizar-se com os acontecimentos da vida do outro (Rogers, 2001).

Desta forma, seguindo esta linha de pensamento, um indivíduo empático é caracterizado como aquele que, num contexto de diálogo, é capaz de compreender a perspetiva do outro e de se colocar no seu lugar, demonstrando a capacidade de se afastar das suas crenças e pensamentos (Matalinares-Calvet et al., 2019; Sampaio et al., 2019). Este entendimento apenas é possível devido ao pensamento altruísta que o indivíduo consegue ter, isto é, existe um interesse por parte deste em auxiliar o outro (Sampaio et al.,

2019). Assim, alguns autores afirmam que existe a junção de dois processos, nomeadamente o processo emotivo, que é o pensamento reflexivo, e o processo cognitivo, sendo este o pensamento imaginário. Isto significa que o indivíduo conscientiza as emoções do outro, no entanto tem de haver um processo de imaginação do ponto de vista mental do outro (Matalinares-Calvet et al., 2019). O sujeito é capaz de expressar este sentimento pelo próximo, fazendo com que este se sinta compreendido (Sampaio et al., 2019). Seguindo esta conceção, existem autores como Preston e Waal (2002) que defendem que a habilidade de empatizar com os outros foi um dos fatores primordiais para que fosse possível a organização das espécies numa teia social. Isto porque permitiu que organismos semelhantes pudessem partilhar estados emocionais com os indivíduos que os rodeavam. A empatia pode ser analisada a partir dos componentes que a constituem, sendo que esta se subdivide em empatia traço, que se refere aos aspetos permanentes e duradouros da personalidade do indivíduo, e a empatia estado/situacional, que diz respeito às respostas afetivas produzidas momentaneamente, numa dada situação (Sampaio et al., 2019).

Esta perspetiva está em consonância com a de Titchener, que, em 1909, definia este conceito como a capacidade de conhecer a consciência de outrem e de se raciocinar com este de forma similar, através de um processo de imitação interna. No entanto, só contendo o mesmo nível intelectual e moral do sujeito é que se consegue compreender melhor o outro (Sampaio et al., 2009). Desta forma, é importante estudar a empatia, uma vez que é relevante na psicoterapia, no desenvolvimento de habilidades cognitivo-afetivas e na vida em sociedade (Sampaio et al., 2009). Independentemente da fase em que se encontra um indivíduo, seja na de adulto ou na de criança, para ser considerado socialmente competente, tem de ser capaz de expressar as suas emoções de forma positiva. Isto é, ter a capacidade de ser sensível e empático com os seus pares, de se integrar em atividades sociais positivas, de formar relações de amizade e de se adaptar em situações de maior *stress* (Howes et al., 1994). A socialização das emoções é um aspeto central para a expressividade emocional e empática (Cecconello & Koller, 2000).

Ainda que não sejam em grande número, existem alguns estudos que têm procurado compreender o papel da empatia. O estudo desenvolvido por Matalinares-Calvet e colaboradores (2019), que teve como objetivo estabelecer a relação entre os estilos parentais disfuncionais e a empatia em estudantes universitários na área da saúde, concluiu que não existia uma relação significativa entre os estilos parentais disfuncionais e a

empatia. Por sua vez, no que diz respeito aos papéis de género, o sexo feminino apresentou um nível mais elevado de empatia. Um estudo desenvolvido por Wolff (2015) teve como objetivo analisar diversas matérias produzidas por grupos de familiares de indivíduos reclusos, de políticos desaparecidos e de organizações de resistência a regimes militares e, por sua vez, perceber as emoções que estes proporcionavam na sociedade dos países do cone do sul. O estudo demonstrou que o discurso das mães e o sentimento pelos filhos presos foi capaz de despertar a empatia de muitos sujeitos da sociedade. Já outro estudo, também no âmbito da empatia, que teve como objetivo avaliar a competência social e a empatia em crianças com baixo poder económico, evidenciou que as experiências afetivas que estas estabelecem com os pais e irmãos, faz com que aprendam a lidar com os seus sentimentos e a expressá-los. As crianças tendem a comportar-se de uma maneira construtiva e a demonstrar competência social, quando aprendem a regular as suas emoções. Por sua vez, o facto de estas se encontrarem num grupo de risco parece influenciar na interação com os acontecimentos que têm ao longo da sua vida. Por conseguinte, o estudo demonstrou que quanto mais empática é uma criança, mais competente socialmente é. O facto de se encontrarem numa situação de risco leva a que seja necessário trabalhar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade. Assim, seria importante trabalhar competências sociais e a empatia (Cecconello & Koller, 2000). Um outro estudo desenvolvido por Howes e os seus colaboradores (1994) e ainda Ladd (1996) advoga que crianças socialmente competentes tendem a ser sensíveis e empáticas com os seus pares, tendo a capacidade de estabelecer relações de amizade e de serem eficazes na resolução de problemas. Uma vez que a empatia favorece o vínculo entre as pessoas, é expectável que ela contribua para o desenvolvimento das relações de amizade, sendo que, em situações de *stress*, esta funcione como apoio social e favoreça a capacidade de adaptação.

Outros dados têm sugerido que indivíduos de diferentes países contêm níveis de empatia distintos. Verificou-se que as crianças chinesas são mais empáticas (como dimensão afetiva) que as crianças germânicas. As diferenças de género foram evidenciadas neste estudo, pois o sexo feminino revelou-se mais empático do que o sexo masculino (Sampaio et al., 2009). Por sua vez, outro estudo (Esquerda et al., 2015) que tinha como objetivo estudar a evolução da empatia nos estudantes de medicina em Espanha demonstrou que o género feminino apresenta um maior nível de empatia, principalmente se estas realizarem voluntariado ou já tenham tido um amigo doente. Por sua vez, os homens

apresentaram níveis mais baixo de empatia e estes níveis demonstram-se mais elevados quando estes continham parentes médicos.

Em suma, as emoções que desenvolvemos e o comportamento pró-social que cada indivíduo estabelece provém dos valores sociais transmitidos no decorrer de toda a vida. Por um lado, seremos mais ou menos empáticos dependendo se os cuidadores de cada sujeito expressarem ou não esta emoção. Por outro, esta característica também se encontra na personalidade de cada indivíduo, podendo ser uma pessoa mais ou menos empática, levando assim, ou não, ao surgimento de um comportamento social mais adequado. Sendo assim, pode-se afirmar que um comportamento pró-social não é apenas explicado pelo papel que o cuidador tem na vida do indivíduo, mas também pelas características individuais que este apresenta (Guevara et al., 2015; Matalinares-Calvet et al., 2019).

Parentalidade e Representações sociais: O caso das mulheres reclusas

Tendo sempre por base o exercício da parentalidade, num contexto normativo, é importante percecioná-lo também num contexto de risco (Schram,1999). No que concerne às práticas parentais em contextos de perigo/risco, alguns estudos demonstram que esta poderá comprometer a trajetória adaptativa das crianças ao longo do seu ciclo de vida, devido ao impacto negativo de alguns fatores, nomeadamente a adversidade económica, social e a baixa qualidade da relação íntima entre cuidadores (Cuddy et al., 2004 Narciso et al., 2018; Schram,1999). Por sua vez, determinados grupos específicos (e.g., grupos étnicos e/ou religiosos, casais homossexuais, população reclusa) tendem a ser socialmente percecionados de forma negativa, principalmente, no que diz respeito às competências parentais (Cuddy et al., 2004; Schram,1999). A parentalidade positiva parece ser menos provável em grupos que contêm uma desvantagem social e económica (Narciso, et al., 2018).

Atitudes consideradas assertivas na parentalidade como dormir com os pais, escolhas alimentares ou até comportamentos que levam a maus-tratos podem ser o resultado da interação social do contexto em que está inserido (Mesman et al., 2020). Se determinados comportamentos parentais são altamente prevalentes numa determinada sociedade, é provável que sejam vistos como normativos, mesmo que noutras culturas não sejam aceites (Barnett et al., 1993). Desta forma, é expectável que os padrões de educação de crianças de diferentes culturas se adaptem ao ambiente e às necessidades específicas dessa sociedade e os progenitores encorajem ou desencorajem características, conforme sejam apropriadas ou prejudiciais para o funcionamento adequado dentro do seu contexto (Bornstein, 2012;

Hewlett et al., 1998). Mas também é necessário ter em conta que de progenitor para progenitor são encontradas origens culturais distintas, adotando posturas e comportamentos diferentes (Mesman et al., 2016b). Isto leva a que no estudo elaborado por Mesman e colaboradores (2020) se percecionasse que, dentro de um mesmo país, haja uma rotulagem social de maus-tratos a crianças, feita de forma distinta.

Um estudo intercultural afirma que grupos de pessoas que possuem crenças diferentes e se envolvem em comportamentos diferentes, podem ser normativos na sua cultura, mas não são necessariamente normativas noutras culturas. Essas crenças e comportamentos tendem a persistir ao longo do tempo e constituem o valor das competências comunicadas aos novos membros do grupo. Central para um conceito de cultura, portanto, é a expectativa de que diferentes grupos culturais possuam crenças distintas e se comportam de maneiras únicas em relação à criação dos filhos (Bornstein, 2012). Outro estudo vem salientar a ideia de que a paternidade modifica os aspetos sociais e cognitivos da criança no seu desenvolvimento individual (Telzer et al., 2010).

Em resumo, a cultura ajuda a construir o papel do progenitor e esta é mantida e transmitida pela influência dos pais, acreditando-se que, por sua vez, moldam as práticas parentais (Bornstein & Lansford, 2010; Harkness et al., 2007). A experiência das crianças com os pais dentro de uma cultura tem como objetivo tornarem-se membros culturalmente competentes na sociedade. O desenvolvimento das crianças não emerge do vácuo, surgindo e crescendo no meio da cultura (Bornstein & Lansford, 2010).

Segundo Jackman e Senter (1980), quando se atribuem características a um determinado grupo de indivíduos, eles tendem a comportar-se como tal, desta forma, ao fornecer uma base cognitiva e política das práticas sociais, a vida dos membros individuais, que constituem o grupo social, irá ser afetada, tendo impacto nos seus padrões de relacionamento. Nesta medida, pensar-se-á que existe um poder social que controla o comportamento de determinados grupos sociais mais vulneráveis. Quanto mais desigualdade há num grupo, mais problemas de saúde e tensões sociais existem, sendo menor a expectativa de vida, mobilidade social, educação, confiança, felicidade e bem-estar (Wilkinson & Pickett, 2009).

O *Stereotype Content Model* (SCM) (Cuddy et al., 2004) tem como objetivo percecionar o contexto em que um determinado grupo está inserido e identificar as dimensões fundamentais (e.g., crenças, objetivos) que estes têm em comum. O modelo assenta em dois princípios, a sociabilidade e a competência percebida, que permitem fazer

a diferenciação dos estereótipos de grupo (Cuddy et al., 2008). Reconhecem ainda a importância das crenças que vão passando de geração em geração, sendo que estas variam consoante o grupo em que o indivíduo se encontra inserido (Cuddy et al., 2008). O SCM defende que há a criação de uma imagem social compartilhada de um determinado grupo, isto é, a atribuição de determinadas características ao grupo, mesmo que estas não sejam verdade (Cuddy et al., 2004). Este ato faz com que as impressões mais negativas que tendemos a formar sobre estes grupos mais socialmente desfavorecidos têm implicações na capacidade de sentir empatia pelos seus membros (Durante et al., 2013). A maior parte das vezes, estas imagens sociais contruídas são associadas a estereótipos, sendo que estes podem emergir de (i) crenças pessoais compartilhadas entre indivíduos, (ii) influências externas derivado ao contexto em que o indivíduo está inserido e por fim (iii) através dos *media* como os telejornais, revistas, rádio (Bar-Tal, 1990). Esta construção de estereótipos de determinados grupos faz com que a sociedade se percecionem como justa (Durante et al., 2013). Os estereótipos podem ser expressos de forma ativa (e.g., dano físico, sabotagem) ou de forma indireta (e.g., exclusão social) (Cuddy et al., 2004). Existem estudos que examinaram o impacto dos estereótipos em diferentes grupos e contextos. Estes demonstraram o quão negativamente as imagens sociais podem afetar os indivíduos através de processos de discriminação (Leary et al., 2011). Estes estereótipos podem ter um efeito direto nos indivíduos como a depressão, o medo, o *stress*, o desemprego, a baixa autoestima ou a vulnerabilidade (Howarth, 2006; Van Brakel, 2006). No entanto, pode conter também um efeito indireto na medida em que surge um conjunto de práticas discriminatórias de um determinado grupo, como ocorre com as mulheres reclusas, e, como tal, têm consequências na integração social do mesmo (Leary et al., 2011). Assim, tal como é sugerido nos trabalhos realizados no âmbito do SCM, as pessoas possuem uma representação mental global do grupo minoritário que condiciona as suas interações (Cuddy et al., 2004).

Numa perspetiva sociocognitiva, os estereótipos resultam do processo de categorização de informações que vamos recebendo no dia a dia. Deste modo, os estereótipos ligam crenças, conhecimentos e expectativas de determinadas variáveis que acreditamos caracterizarem um grupo (Hamilton & Uhles, 2000). Numa conceção sociocultural, os estereótipos podem ser entendidos como uma crença compartilhada ou como uma parte de uma estrutura cultural, que molda as relações entre grupos (Hamilton & Uhles, 2000).

Ao longo da evolução da sociedade, esteve sempre presente a ideia de que há uma diferenciação entre os papéis de gênero, isto é, o sexo masculino teria mais propensão para cometer atos criminosos comparativamente ao sexo feminino (Vieira, 2013). A sociedade construiu assim um estereótipo de gênero, no que remete à concretização dos crimes. Neste sentido, a mulher que comete o crime ou os crimes é, por vezes, considerada socialmente como duplamente desviante, pois está a transgredir a lei e o papel de gênero convencional (Matos & Machado, 2012).

Ao longo do tempo, o sistema judicial veio caracterizar o sexo feminino como sensível e passivo, remetendo para a ideia de que este não cometeria crimes (Schram, 1999; Vieira, 2013), dado que uma mãe ideal, segundo a sociedade, é empática, sensível, amável e demonstra carinho e segurança para com o seu descendente (Saavedra & Oliveira, 2016). É de acrescentar que a juntar ao sistema judicial estão presentes as ideias da sociedade que estabelecem ligação com as leis vigentes no código penal (Schram, 1999). Seguindo esta perspetiva, uma mulher que seja mãe e cometa um crime levanta a dúvida sobre se será ou não uma boa referência e se desempenhará o seu papel como mãe de forma ajustada (Schram, 1999). Por sua vez, este culminar de ideais parece condicionar as representações sociais relativamente às mulheres reclusas, nomeadamente, no que concerne às suas capacidades parentais (Matos & Machado, 2012).

A investigação sobre perceções de parentalidade em contextos de risco é ainda escassa. No entanto, as que existem salientam que as mulheres reclusas, que dão à luz dentro do estabelecimento prisional têm sido afetadas pelos estereótipos impostos pela sociedade, estando patente a ideia de irresponsabilidade destas mães. Assim, alguns autores (Schram, 1999) enfatizam o impacto negativo que estes estereótipos têm nas mulheres reclusas. Num dos poucos trabalhos empíricos sobre o tema, Schram (1999) concluiu que as mães em situação de reclusão, que são cuidadoras dos filhos, esperam que o sistema judicial possa manter o suporte emocional mínimo existente no vínculo maternal. Ainda que não existam muitas investigações que se dediquem a estudar a influência destes estereótipos nas relações, a crença/conceção da figura feminina ideal acaba por influenciar a realidade destas mães.

Desta forma, o presente projeto de dissertação tem como objetivo analisar o papel da empatia nas representações dos indivíduos sobre as mulheres reclusas, explorando o efeito do sexo nesta associação dadas as diferenças entre homens e mulheres ao nível da empatia, tão estudadas na literatura (Matalinares-Calvet et al., 2019).

Método

Participantes

Tratou-se de uma amostra de conveniência, com os seguintes critérios de inclusão: idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal, com capacidade de compreensão da língua portuguesa. Procurou-se constituir uma amostra o mais ampla e diversificada possível, nomeadamente em termos de idade e de habilitações literárias.

Esta amostra foi constituída por 236 participantes, dos quais a maioria foi do sexo feminino (68.2%). A média de idade dos participantes foi de 27 anos ($M = 27.25$, $DP = 9.72$), variando entre os 18 e os 63 anos. A maior parte dos participantes (97.7%) tinha nacionalidade portuguesa e pertencia ao distrito de Braga (35.6%). Quanto ao estado civil, a maioria dos participantes era solteiro (83.5%), mas uma grande parte (39.8%) apresentou uma relação de intimidade sem coabitação. No que diz respeito ao sexo do parceiro amoroso, os participantes revelaram maioritariamente (47.7%) que este era do sexo masculino ($Mo^3=1$). Apenas 45 (19.1 %) dos participantes tinha filhos, sendo que destes a maioria (9.3%) tinha apenas 1 filho ($M = 0.33$, $DP = 0.82$). Os participantes apresentaram diferentes níveis de escolaridade, no entanto o mais frequente (40,3%) era o nível secundário, sendo que no momento da recolha uma grande parte (43,3%) encontrava-se a trabalhar.

Tabela 1

Descrição Da Amostra

	Frequências (N)	Percentagem (%)
Sexo		
Masculino	75	31.8
Feminino	161	68.2
Idade		
Até aos 25 anos	160	67.8
Dos 26 aos 35 anos	37	15.7
Dos 36 aos 45 anos	12	5.1
Mais de 45 anos	22	9.3
Nacionalidade		
Brasileira	2	0.8
Angolana	1	0.4

Cabo Verdiana	1	0.4
Francesa	2	0.8
Estado Civil		
Solteiro	197	83.5
Casado	33	14.0
Divorciado	5	2.1
Viúvo	1	0.4
Envolvimento amoroso		
Sem relação de intimidade	80	33.9
Com relação de intimidade, sem coabitação	94	39.8
Sem relação de intimidade, com coabitação	61	25.8
Sexo do parceiro		
Masculino	112	43.5
Feminino	43	18.2
Filhos		
Não	191	80.9
Sim	45	19.1
Escolaridade		
Até ao 3º Ciclo	20	8.5
Secundário	95	40.3
Licenciatura	92	39.0
Mestrado	25	10.6
Doutoramento	2	0.8
Outros	2	0.8
Situação Profissional		
Estudante	81	34.3
Trabalhador	102	43.2
Trabalhador Estudante	32	13.6
Desempregado	21	8.9

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Este questionário foi construído especificamente para este estudo, tendo questões relativas ao sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional, zona de residência e estado civil/envolvimento amoroso.

Maternal Behavior Q-Sort. O *Maternal Behavior Q-Sort* (MBQS) (Pederson et al., 1999, adaptado por Ferreira et al., 2019) é constituído, na sua versão original, por 90 itens/afirmações relativos a possíveis comportamentos maternos. Numa escala de resposta tipo *likert* de cinco pontos, entre *Discordo Fortemente* (1) e *Concordo Fortemente* (5), é solicitado aos participantes que selecione a opção que melhor descreve a sua opinião sobre os comportamentos de “uma mãe ideal” e, posteriormente, sobre os comportamentos de uma “mulher reclusa”. Neste estudo foram utilizados apenas 20 itens para a mãe ideal ($\alpha = .85$), considerando o seu potencial discriminativo do comportamento de uma “mãe ideal” em estudos anteriores e posteriormente foram utilizados apenas 20 itens para a “mulher reclusa” ($\alpha = .95$) (Mesman et. al., 2015).

Escala de Empatia. A Escala de Empatia (DeYoung et al., 2007, adaptado por Milfont & Sibley, 2016) é uma medida de autorrelato que acede ao nível de empatia dos indivíduos. É constituída por três itens ($\alpha = .21$), respondidos numa escala tipo *likert* de sete pontos, entre *Discordo Totalmente* (1) e *Concordo Totalmente* (7).

Procedimentos

Este estudo integrou um projeto de investigação mais alargado, desenvolvido em parceria com investigadores de outras Instituições de Ensino Superior, nomeadamente da ULHT e ISCTE-IUL: “Parentalidade em contextos de risco e perigo: Crenças e atitudes sociais”. O mesmo foi submetido e aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC) da ULP. Dando continuidade a uma recolha de dados iniciada no ano letivo anterior por outros elementos da equipa de investigação e no sentido de aumentar a amostra entretanto conseguida. A presente recolha de dados foi realizada na comunidade e envolveu o recrutamento de participantes de ambos os sexos.

A recolha foi realizada através de um formulário *online*, anteriormente construído para o efeito, através de uma plataforma específica (*Google forms*). O link para preenchimento foi divulgado através de contactos institucionais (e.g., mailing list de instituições de Ensino Superior) e através de redes sociais (e.g., Facebook). Na primeira página do protocolo, foi apresentado e recolhido o consentimento informado para a participação no estudo, sendo asseguradas todas as condições éticas referentes à investigação em Psicologia.

As devidas autorizações para a utilização dos instrumentos foram previamente recolhidas junto dos autores.

Durante este ano letivo, a recolha de dados ocorreu entre os meses de maio e junho de 2020. Os dados foram analisados com recurso ao *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 23). Especificamente, analisámos as correlações entre as variáveis e realizámos testes de comparação de grupos para explorar as diferenças entre sexo. Considerando a nossa hipótese de que menor empatia está associada a representações mais negativas sobre as mulheres reclusas, realizámos uma análise de regressão controlando a variável sexo.

É de destacar que a variável ‘Representações Negativas’ foi criada através da diferença entre ‘Representações da Parentalidade Ideal’ (score MBQS-mãe ideal) e ‘Representações Parentalidade Mulher Reclusa’ (score MBQS-mulher reclusa). Por sua vez, quanto maior a diferença/distância entre o score da mulher reclusa e o score da mãe ideal, mais negativa é a representação da mulher reclusa.

Resultados

Análise das correlações

Através da análise das correlações entre as variáveis (apresentadas na Tabela 2), os resultados revelaram correlações significativamente negativas entre a 'Idade', as 'Representações Parentalidade Ideal' ($r = -.17, p < .05$), as 'Representações Negativas' ($r = -.17, p < .05$) e uma correlação significativa positiva com 'Número de Filhos' ($r = .71, p < .05$). Foi possível verificar que quanto mais velhos os indivíduos são, menos representações positivas têm da parentalidade ideal. Igualmente apresentam menos representações negativas em relação à parentalidade das mulheres reclusas. Por sua vez, pode indicar o aumento do número de filhos.

Para além disso, identificou-se uma correlação significativa positiva entre a 'Empatia', as 'Representações Parentalidade Ideal' ($r = .31, p < .05$) e as 'Representações Parentalidade Mulheres Reclusas' ($r = .15, p < .05$). Ou seja, são encontrados *scores* mais elevados de empatia, que se associam a *scores* mais elevados de representações positivas, tanto da parentalidade da mãe ideal como da mulher reclusa.

Finalmente, a análise demonstrou uma correlação estatisticamente positiva entre as 'Representações Parentalidade Ideal', as 'Representações Parentalidade Mulheres Reclusas' ($r = .27, p < .05$) e as 'Representações Negativas' ($r = .28, p < .05$). Desta forma, observou-se que quantas mais representações positivas os indivíduos têm acerca da mãe ideal, mais representações negativas adquirem acerca da parentalidade de mulheres reclusas.

Tabela 2

Resumo de correlações, médias, desvios-padrão e intervalo para variáveis de estudo (n = 236)

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	M (DP)	Intervalo
1.Idade	-	.090					27.25(9.73)	18-63
2.Empatia	.090	-					16.87(2.93)	7.00-21.00
3.Representações Parentalidade Ideal	-.167*	.312**	-				88.37(7.93)	60.00-100.00
4.Representações Parentalidade Mulher Reclusa	.071	.149*	.265**	-			78.87 (14.27)	33.00-100.00
5.Representações Negativas	-.167*	.034	.278**	-.853**	-		9.63(14.47)	-24.00-61.00
6.Número de Filhos	.707**	.070	-.040	.029	-.083	-	0.33(0.82)	0-5

* $p < .05$.

** $p < .01$.

Comparação de grupos: Homens e mulheres

Foram também exploradas eventuais diferenças de médias nas variáveis ‘Empatia’, ‘Representações Parentalidade Ideal’ e ‘Representações Negativas’ em função do sexo. Tal como se ilustra na tabela 3, os resultados revelaram a existência de diferenças de sexo estatisticamente significativas ao nível da ‘Empatia’ ($t(232) = -4.12$, $p < .001$), ‘Parentalidade Ideal’ ($t(210) = -3.35$, $p < .001$) e ‘Representações Negativas’ ($t(200) = -2.25$, $p < .026$), com as mulheres a apresentarem *scores* superiores em todos os casos.

Tabela 3*Diferenças entre sexos*

	Homens	Mulheres	t	p
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>		
Empatia	15.72 (3.03)	17.42 (2.72)	-4.12	<.001
Representação	85.80 (8.11)	89.67 (7.54)	- 3.35	.001
Parentalidade				
Ideal				
Representações	79.54 (13.35)	78.55 (14.72)	0.49	.633
Parentalidade				
Mulheres				
Reclusas				
Representações	6.42 (12.24)	11.22 (15.20)	-2.25	.026
Negativas				

Regressão linear

Para testar o modelo preditivo da variável ‘Empatia’ em relação às ‘Representações Negativas’ sobre a parentalidade das mulheres reclusas realizou-se uma análise de regressão linear, que revelou resultados não significativos ($p = .63$).

Dadas as diferenças de sexo nos níveis de empatia, reanalizamos o modelo controlando esta mesma variável. Ainda assim, o efeito da empatia sobre as representações negativas das mulheres reclusas manteve-se não significativo ($p = .86$).

Tabela 4*Papel preditor da variável empatia*

	Empatia				
	R ²	F	p	β	B
Representações negativas	.08	9.06	.86	-.012	-.00

Discussão dos resultados

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel da empatia nas representações dos indivíduos sobre as mulheres reclusas. O desenvolvimento deste trabalho resulta da constatação de que pouco se sabe sobre as representações sociais face à parentalidade e, por sua vez, ainda menos sobre as representações sociais face à parentalidade em contextos de risco/perigo, como é o caso de mulheres reclusas (Schram, 1999). Os poucos estudos disponíveis neste âmbito foram desenvolvidos em contexto internacional (Esquerda et al., 2015; Matalinares-Calvet et al., 2019; Sampaio et al., 2009), inviabilizando uma análise e compreensão detalhada desta temática no contexto nacional. Tratando-se de questões relativas e potencialmente sensíveis a especificidades socioculturais, parece-nos que esta análise contextual casuística se afigura de extrema relevância e pertinência, quer de um ponto de vista empírico-científico, quer em termos de implicações para a prática (Barnett et al., 1993; Bornstein, 2012).

Os resultados demonstraram que indivíduos mais velhos, tipicamente com mais filhos, tendem a sustentar menos representações negativas acerca da parentalidade das mulheres reclusas. Este resultado poderá dever-se ao facto de estes indivíduos terem já experiência prática e efetiva com a parentalidade e com as exigências e desafios daí decorrentes. Esse “confronto pessoal” pode tornar os indivíduos menos críticos e julgadores face aos outros e às respetivas práticas, nomeadamente no contexto e realidade parental.

Para além disso, concluiu-se pela existência de associações positivamente significativas entre a empatia e as representações face à parentalidade geral e de mulheres reclusas, mas não entre a empatia e as representações negativas face à parentalidade daquele grupo. Estes resultados não significativos afiguram-se discrepantes relativamente a algumas evidências prévias que apontam para o facto de níveis superiores de empatia estarem, tipicamente, associados a menos representações sociais negativas face a grupos minoritários (Matalinares-Calvet et al., 2019; Sampaio et al., 2019). No caso específico deste estudo, pensamos que tais conclusões podem dever-se a questões metodológicas (e.g., dimensão e características da nossa amostra), que nos parecerem poder ser revistas e otimizadas em posteriores trabalhos da equipa.

Uma outra dimensão importante dos resultados deste estudo prende-se com as diferenças de sexo encontradas relativamente a algumas das variáveis em análise, nomeadamente no que concerne à empatia e às representações negativas face à parentalidade de mulheres reclusas. Em particular, pudemos concluir que as mulheres

apresentavam níveis significativamente superiores de empatia, mas também representações mais negativas face à parentalidade de mulheres reclusas. A literatura tem vindo a demonstrar uma relação entre o sexo e a empatia, destacando que as mulheres tendem a exibir níveis superiores do que os homens (e.g., Esquerda et al., 2015; Matalinares-Calvet et al., 2019; Sampaio et al., 2009). Os resultados obtidos neste trabalho são, pois, consistentes com as evidências prévias. Por outro lado, a literatura é, na medida do nosso conhecimento, mais omissa relativamente à relação entre o sexo e representações sociais face a grupos de risco. Ainda assim, tendo em conta os resultados obtidos, supusemos que seriam as mulheres que apresentariam menos representações negativas acerca dos grupos de risco, uma vez que apresentavam maiores níveis de empatia. Este fenómeno pode ser explicado pelo facto de a mulher estar associada a diferentes papéis na sociedade, nomeadamente ao papel da maternidade. Esta exigência por parte da sociedade pode levar a que o sexo feminino se torne mais crítico em relação a certos grupos minoritários, uma vez que estes podem não cumprir de forma satisfatória o papel da mulher de uma forma holística.

Como se disse, este estudo integra um projeto de investigação mais alargado relativo ao papel de diferentes variáveis individuais e socioculturais face à parentalidade de grupos de risco. Neste caso, considerou-se o grupo específico das mulheres reclusas porque antecipámos que este se encontra nas antípodas da “concepção social idealizada” do ser mulher. Assumimo-lo porque, de um ponto de vista histórico e social, a prática de crimes sempre foi preferencialmente atribuída e associada ao sexo masculino, quer no que diz respeito aos crimes praticados contra mulheres, quer no que concerne aos crimes cometidos entre homens (Gonçalves, 2002). Tal como sublinhado por MacDonald (1998, como citado por Matos, 2006, pág. 8), “tradicionalmente, espera-se dos homens que estejam minimamente familiarizados com a violência. As mulheres, pelo contrário, estão associadas aos instintos maternos e a sociedade venera-as, ainda hoje, à imagem de Nossa Senhora. São elas que dão e protegem a vida, em vez de a destruírem”. Neste sentido, a transgressão e criminalidade feminina é, tradicionalmente, vista de forma ainda menos normativa, assistindo-se não raras vezes à sua patologização (Matos, 2006).

Apesar deste trabalho reunir um conjunto de limitações metodológicas, associadas à amostra (reduzida dimensão e homogeneidade) e aos próprios instrumentos (e.g., MBQ-S não se encontra adaptado para a população portuguesa), tem, na nossa perspetiva, o mérito de considerar e analisar contextualizadamente as representações sociais face a grupos de

risco, nomeadamente mulheres reclusas. Esta é uma dimensão importante, não só no plano da interação social, como também no plano da prática e do trabalho técnico com estes grupos, levado a cabo por profissionais que podem também eles/as assumir algum tipo de representações sociais mais negativas, uma vez que são fruto da sociedade em que todos nos inserimos. Porque representações sociais negativas face a determinado/s grupo/s podem dificultar o processo da empatia face aos mesmos, é possível que fiquem condicionados processos de apoio a diferentes níveis, patrocinando o agravamento de dificuldades prévias e/ou a saída de processos de exclusão.

Para finalizar, pensamos e esperamos que o presente trabalho possa abrir caminho à investigação neste domínio, considerando outros contextos de risco, nomeadamente aqueles que envolvem famílias sinalizadas no Sistema de Promoção e Proteção. Importará também desenvolver mais estudos, não só para perceber o papel de outras variáveis no desenvolvimento e manutenção de representações sociais negativas face a esses grupos, mas também para perceber o respetivo impacto no indivíduo e no exercício da parentalidade em contexto de risco.

Referências bibliográficas

- Azar, S. T., Reitz, E. B., & Goslin, M. C. (2008). Mothering: Thinking is part of the job description: Application of cognitive views to understanding maladaptive parenting and doing intervention and prevention work. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29, 295-304. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2008.04.009>
- Azar, S. T., Stevenson, M. T., & Johnson, D. R. (2012). Intellectual disabilities and neglectful parenting: Preliminary findings on the role of cognition in parenting risk. *Journal of Mental Health Research in Intellectual Disabilities*, 5, 94-129. <https://doi.org/10.1080/19315864.2011.615460>
- Barnett, D., Manley, J. T., & Cicchetti, D. (1993). Defining child maltreatment: The interface between policy and research. In D. Cicchetti, & S. L. Toth (Eds.). *Child abuse, child development, and social policy* (pp. 7-73). Norwood, NJ: Ablex.
- Bar-Tal, D. (1990). *Group beliefs: A conception for analyzing group structure, processes, and behavior*. Springer-Verlag. https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3298_1
- Barroso, R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52, 211-229. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence*, 11, 56-95. <https://doi.org/10.1177/02724316911111004>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J. (2005). Social-contextual determinants of parenting. In R. E. Tremblay, R. G. Barr, & R. V. Peters (Eds.), *Encyclopedia on early childhood development* (pp.1-6). Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Retirado de <http://www.child-encyclopedia.com/en-ca/parenting-skills/according-to-experts/belsky.html>.
- Belsky, J., & Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds), *Developmental psychopathology* (2ª ed., pp. 38-77). New York: Wiley. <https://doi.org/10.1002/9780470880166.hlsd002014>

- Bilac, E. (1996). *Mãe certa, pai incerto: da constituição social à normatização jurídica da paternidade e da filiação*. Texto apresentado no XX encontro anual da ANPOCS. Caxambu, mimeo.
- Bornstein, M. H., & Lansford, J. E. (2010). Parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *The handbook of cross-cultural developmental science* (pp. 259–277). New York, NY: Taylor & Francis.
- Bornstein, M. H. (2012). Mother-infant attunement: A multilevel approach via body, brain, and behavior. In M. Legerstee, D. Haley, & M. H. Bornstein (Eds.), *The developing infant mind: Integrating biology and experience*. New York: Guilford.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp. 3–28). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10317-001>
- Bruner, J. S., & Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey (Ed.), *Handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 634–654). Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Camilo, C., Garrido, M. V., Ferreira, M. B., & Calheiros, M. M. (2019). How does mothering look like: A multidimensional approach to maternal cognitive representations. *Journal of Family Issues*, 40, 2528–2552. <https://doi.org/10.1177/0192513X19860171>
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5, 71–93. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100005>
- Crouch, J. L., & Behl, L. E. (2001). Relationships among parental beliefs in corporal punishment, reported stress, and physical child abuse potential. *Child Abuse & Neglect*, 25, 413–419. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00256-8](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00256-8)
- Cuddy, A. J., Fiske, S. T., & Glick, P. (2004). When professionals become mothers, warmth doesn't cut the ice. *Journal of Social Issues*, 60, 701–718. <https://doi.org/10.1111/j.0022-4537.2004.00381>
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2008). Warmth and competence as universal dimensions of social perception: The stereotype content model and the BIAS Map. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 40, pp. 61–149). San Diego, CA: Academic Press.

- Couras, M. (2013). *Educação parental: Os CAFAP de Aveiro* (Doctoral dissertation, Universidade de Aveiro). Acedido em <http://hdl.handle.net/10773/12461>
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coleção Psicologias. Coimbra: Quarteto.
- De Paúl, J., Asla, N., Pérez-Albéniz, A., & Cádiz, B. (2006). Impact of stress and mitigating information on evaluations, attributions, affect, disciplinary choices, and expectations of compliance in mothers at high and low risk for child physical abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 1018-1045.
<https://doi.org/10.1177/0886260506290411>
- Durante, F., Fiske, S., Kervyn, N., Cuddy, A., Akande, A., Adetoun, B., Adewuyi, M., Tserere, M., Ramiah, A., Mastor, K., Barlow, F., Bonn, G., Tafarodi, R., Bosak, J., Cairns, E., Doherty, C., Capozza, D., Chandran, A., Chryssochoou, X.,... Storari, C. (2013). Nations' income inequality predicts ambivalence in stereotype content: How societies mind the gap. *British Journal of Social Psychology*, 52, 726-746.
<https://doi.org/10.1111/bjso.12005>
- Esquerda, M., Yuguero, O., Viñas, J., & Pifarré, J. (2015). La empatía médica, ¿nace o se hace? Evolución de la empatía en estudiantes de medicina. *Atención Primaria*, 48, 8-14. doi: <https://dx.doi.org/10.1016/j.aprim.2014.12.012>
- Evans, G. (2006). Child development and the physical environment. *Annual Review of Psychology*, 57, 423-451. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190057>
- Ferreira, C., Magalhães, E., & Antunes, C. (2019). Maternal Behavior Q-Sort - Adaptation to Portuguese Context. Unpublished manuscript.
- Gonçalves, R. A. (2002). Delinquência, crime e adaptação à prisão. Coimbra: Quarteto.
- Guevara, I. P., Cabrera, V. E., Gonzalez, M. R., & Devis, J. V. (2015). Empathy and sympathy as mediators between parental inductive discipline and prosocial behavior in Colombian families. *International Journal of Psychological Research*, 8, 34-48.
- Hamilton, D.L., & Uhles, A.N. (2000). Stereotypes. In A.E. Kazdin (Ed.). *Encyclopedia of psychology*, vol 7. (pp. 466–470). New York, NY: American Psychological Association and Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>
- Harkness, S., Super, C. M., Moscardino, U., Rha, J., Blom, M., Huitrón, B...Palacios, J. (2007). Cultural models and developmental agendas: Implications for arousal and self-regulation in early infancy. *Journal of Developmental Processes*, 2, 5–39.

- Hewlett, B. S., Lamb, M. E., Shannon, D., Leyendecker, B., & Schölmerich, A. (1998). Culture and early infancy among central African foragers and farmers. *Developmental Psychology*, 34, 653–661. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.34.4.653>
- Hoghughi, M. (2004) Parenting: An introduction. In M. Hoghughi & N. Long (Eds), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1-18). London: Sage.
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: A dynamic perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Howarth, C. (2006). Race as stigma: Positioning the stigmatized as agents, not objects. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16, 442–451. <https://doi.org/10.1002/casp.898>
- Howes, C., Matheson, C. C., & Hamilton, C. E. (1994). Maternal, teacher, and child care history correlates of children's relationships with peers. *Child Development*, 65, 264–273. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1994.tb00749.x>
- Jackman, M., & Senter, M. S. (1980). Images of social groups: Categorical or qualified? *Public Opinion Quarterly*, 44(3), 341–361. <https://doi.org/10.1086/268601>
- Keller, H., Borke, J., Yovsi, R. D., Lohaus, A., & Jensen, H. (2005). Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 29, 229–237.
- Koch, A., Imhoff, R., Dotsch, R., Unkelbach, C., & Alves, H. (2016). The ABC of stereotypes about groups: Agency/socio-economic success, conservative-progressive beliefs, and communion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 110, 675–709. <https://doi.org/10.1037/pspa0000046>
- Ladd, G. W., Kochenderfer, B. J., & Coleman, C. C. (1996). Friendship quality as a predictor of young children's early school adjustment. *Child Development*, 67, 1103–1118. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1996.tb01785.x>
- Leary, M. R., Allen, A. B., & Terry, M. L. (2011). Managing social images in naturalistic versus laboratory settings: Implications for understanding and studying selfpresentation. *European Journal of Social Psychology*, 41, 411–421. <https://doi.org/10.1002/ejsp.813>
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1–27.
- Matalinares-Calvet, M. L., Díaz-Acosta, A. G., Rivas-Díaz, L. H., Arenas-Iparraguirre, C. A., Baca-Romero, D., Raymundo-Villalva, O., & Rodas-Vera, N. (2019).

- Dysfunctional parenting styles, empathy and socio-demographic variables in Nursing, Human Medicine and Psychology students. *Acta Colombiana de Psicología*, 22, 99-124.
- Matos, R. (2007). *Vidas raras de mulheres comuns : percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. (Doctoral dissertation, Universidade do Minho). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6249>
- Matos, R., & Machado, C. (2012). Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia. *Análise psicológica*, 30, 33-47.
- McElroy, E. M., & Rodriguez, C. M. (2008). Mothers of children with externalizing behavior problems: Cognitive risk factors for abuse potential and discipline style and practices. *Child Abuse & Neglect*, 32, 774-784.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.01.002>
- Mesman, J., Ijzendoorn, M., Behrens, K., Carbonell, O., Cárcamo, R., Cohen-Paraira, I., Harpe, C., Ekmekci, H., Emmen, R., Heider, J., Kondo-Ikemura, K., Mels, C., Magay, N., Murtisari, J., Nóbrega, M., Ortiz, J., Sagi-Schwartz, A., Sichimba, F., Soares, I., ... Zreik, G. (2016a). Is the ideal mother a sensitive mother? Beliefs about early childhood parenting in mothers across the globe. *International Journal of Behavioral Development*, 40, 385-397. <https://doi.org/10.1177/0165025415594030>.
- Mesman, J., Van IJzendoorn, M. H., Behrens, K., Carbonell, O. A., Carcamo, R., Cohen-Paraira, I., ...Zreik, G. (2016b). Is the ideal mother a sensitive mother? Beliefs about early childhood parenting in mothers across the globe. *International Journal of Behavioral Development*, 40, 385–397. <https://doi.org/10.1177/0165025415594030>
- Mesman, J., Branger, M., Woudstra, M. L., Emmen, R., Asanjarani, F., Carcamo, R., ... Van Ginkel, J. (2020). Crossing boundaries: A pilot study of maternal attitudes about child maltreatment in nine countries. *Child abuse & neglect*, 99, 104257.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104257>
- Milfont, T. L. & Sibley, C. G. (2016). Empathic and social dominance orientations help explain gender differences in environmentalism: A one-year Bayesian mediation analysis. *Personality and Individual Differences*, 90, 85-88.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.044>
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., de Santa-Bárbara, S., & Machado, I. (2018). Mapping the “good mother”: Meanings and

experiences in economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review*, 93, 418-427.

<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.08.029>

Parke, R., & Buriel, R. (2006) Socialization in the family: Ethnic and ecological perspectives. In W. Damon, M. Lerner (Series Eds.), & N. Eisenberg (Vol. Ed.). *Handbook of child psychology: Vol 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 429-504).

<https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0308>

Perucchi, J., & Beirão, A. (2007). Novos arranjos familiares: Paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19, 57–69. <https://doi.org/10.1590/s0103-56652007000200005>.

Preston, S. & Waal, F. (2002). Empathy: Its ultimate and proximate bases. *Behavioral and Brain Sciences*, 25, 1-72. <https://doi.org/10.1017/S0140525X02000018>.

Reader, P., Duncan, S., & Lucey, C. (2005). *Studies in the assessment of parenting*. Florence: Routledge.

Reis, P. (2011). *Fatores que influenciam as estratégias de coping dos pais no processo de transição para a parentalidade* (Doctoral dissertation, Escola Superior de Enfermagem do Porto). Acedido em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/9241>

Rodrigo, M. J., León, I., Quiñones, I., Lage, A., Byrne, S., & Bobes, M. A. (2011). Brain and personality bases of insensitivity to infant cues in neglectful mothers: An event-related potential study. *Development and Psychopathology*, 23, 163-176. <https://doi.org/10.1017/S0954579410000714>

Rodriguez, C. M., Smith, T. L., & Silvia, P. J. (2016). Multimethod prediction of physical parent-child aggression risk in expectant mothers and fathers with social information processing theory. *Child Abuse & Neglect*, 51, 106-119. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.028>

Rodriguez, C. M., & Tucker, M. C. (2015). Predicting maternal physical child abuse risk beyond distress and social support: Additive role of cognitive processes. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 1780-1790.

Rogers, C. R. (2001). Sobre o poder pessoal (4a ed., W. M. Alves Pentead, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).

- Saavedra, L., & Oliveira, J. (2016). Transgressing Motherhood: Media Reports on infanticide. *Deviant Behavior*, 38(3), 1-12.
<https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1197007>.
- Sampaio, L., Araújo, A., Lira, G., & Moreira, S. (2019). Empatia e respostas hemodinâmicas e autonómicas cardíacas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, 1-11.
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35431>
- Sampaio, L. R., Camino, C. P. D. S., & Roazzi, A. (2009). Revisión de aspectos de conceptuales, teóricos y metodológicos de la empatía. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 212-227. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000200002>
- Schram, P. (1999). An exploratory study: Stereotypes about mothers in prison. *Journal of Criminal Justice*, 27, 411-426. [https://doi.org/10.1016/S0047-2352\(99\)00013-6](https://doi.org/10.1016/S0047-2352(99)00013-6)
- Slep, A. M. S., & O'Leary, S. G. (2007). Multivariate models of mothers' and fathers' aggression toward their children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 75, 739-751. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.75.5.739>
- Smith, E. R., & Mackie, D. M. (2009). *Social psychology* (3rd ed.). Psychology Press.
- Telzer, E. H., Masten, C. L., Berkman, E. T., Lieberman, M. D., & Fuligni, A. J. (2010). Gaining while giving: An fMRI study of the rewards of family assistance among White and Latino youth. *Social Neuroscience*, 5, 508-518.
<https://doi.org/10.1080/17470911003687913>
- Tonelo, M. R. (2015). "Ser mãe é ser tudo": significações, vivências e percepções parentais em contextos de vulnerabilidade económica (Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa). Acedido em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/23123>
- Van Brakel, W.H. (2006). Measuring health-related stigma — A literature review. *Psychology, Health & Medicine*, 11, 307-334.
<https://doi.org/10.1080/13548500600595160>
- Vieira, C. (2013). *Mães e pais em reclusão: Diferenças e comunalidades no contacto com descendentes menores* (Doctoral dissertation, Universidade do Minho). Acedido em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E. (2009). Income inequality and social dysfunction. *Annual Review of Sociology*, 35, 493-511. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-115926>

Wolff, C. S. (2015). Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*, 23, 975-989. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>